

# Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedras?

**Manoel Fernandes de Sousa Neto**

Professor da Universidade Federal do Ceará e  
Doutorando em Geografia Humana/USP.  
Correio eletrônico: poesiamano@uol.com.br

## **Resumo**

Este artigo trata das mudanças de enfoque em História da Ciência e, em particular, propõe uma outra leitura da História da Geografia no Brasil.

## **Palavras-chave**

História – Ciência – Geografia.

Terra Livre	São Paulo	n. 17	p. 119-138	2º semestre/2001
-------------	-----------	-------	------------	------------------

## Introdução\*

“Mãe amorosa, a Europa afligiu-se com a sorte de suas terras extremas, a ocidente. Por toda a cordilheira pirenaica estalavam os granitos, multiplicavam-se as fendas, outras estradas apareceram cortadas, outros rios, regatos e torrentes mergulharam a fundo, para o invisível.”

José Saramago (*A Jangada de Pedra*)

A história da Geografia no Brasil, produto de uma certa forma de fazer a história da ciência no país, elegeu como data natal a década de 1930 – quando surgem os cursos de Geografia na Universidade de São Paulo – USP (1934) – e na Universidade do Brasil (1935), a Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB (1934) – e o Conselho Nacional de Geografia/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – CNG/IBGE (1937). Como instituição científica elegeu a universidade, posto que antes não havia instituições científicas em Geografia no Brasil. Por fim elegeu como ciência aquilo que passou a ser, em larga medida, todo um modo francês de fazer ciência nessa área – seus métodos, objetos e até um certo “sotaque”.

Em função do estabelecimento de marcos historiográficos tão precisos é que todas as outras possibilidades anteriores foram tomadas como fracassadas. Fracassadas pela própria impossibilidade de obter sucesso naquele momento, já que fazer ciência aqui carecia do desenvolvimento da ciência no seu centro produtor, para que então fôssemos bafejados com sua irradiação, difundindo entre nós os modos de fazer ciência. Fracassadas pela ausência de instituições onde fosse possível a prática científica permanente e a formação de uma comunidade de doutos geógrafos titulados. Fracassadas enfim por não haver alguns poucos sábios, nossas honrosas exceções, tido a oportunidade de realizar uma ciência que fosse digna de ter sua história.

Na esteira dessa historiografia fomos, não raras vezes, levados a pensar em uma proto-história da Geografia ou, em outras palavras, em uma pré-história da Geografia no Brasil.

Dessa maneira, a única possibilidade historiográfica implicava fazer uma memória pré-histórica. A memória de nossos sábios antecessores. A memória de alguns institutos ou sociedades, fraternidades ou revistas, que tratasse de temáticas geográficas posteriormente tidas como importantes. A memória de viajantes, exploradores, naturalistas ou comissões de personagens que tratassem de questões ligadas à Geografia.

Nesse movimento, de somente ver história da ciência da década de 1930 para cá, é que o período anterior foi repetidamente tratado como pré-científico e, neste caso, para fugir à tentação de fazer uma história da Geografia tida como inexistente, passou a se fazer uma história do pensamento geográfico.

---

(\*) Trabalho apresentado por Manoel Fernandes de Sousa Neto como parte das exigências da disciplina Historiografia das Ciências no Brasil: *novos enfoques e novos temas*, ministrada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Amélia Mascarenhas Dantes, FFLCH-USP, no segundo semestre letivo de 2000.

Ora, fazer uma história do pensamento geográfico com o fim de discutir a história de uma ciência sem existência antes de 1930 implicava o mesmo que negar a existência de uma história da ciência nessa área. Neste sentido, se a noção de pensamento geográfico alargava o campo de visão ao negar a história de caráter memorialista, ao fugir de uma certa idéia de institucionalidade, ao focar um período mais longo para a investigação e ao apontar para uma leitura política da produção social do conhecimento, sua negação historiográfica para aquém de 1930, em relação à ciência, substantivava um forte óbice ideológico: *não havia ciência geográfica no século XIX no Brasil*.

Essa tradição historiográfica, comum às outras áreas científicas, pode ser percebida em Geografia a partir de uma revisão bibliográfica, diria, não muito extensa.

Largamente conhecidos são os trabalhos de Veríssimo (1955), publicado em obra organizada por Azevedo (1955); os trabalhos de Ab'Saber e Christofolletti (1979), bem como de Petrone (1979), publicados em obra organizada por Ferri e Motoyama (1979); o trabalho de Andrade (1977/1982) e a monografia de Monteiro (1980), publicada pelo Instituto de Geografia da USP. Todos eles situam, da mesma forma, o nascimento da Geografia como ciência nos anos 30 do século XX.

Por outro lado, todos esses trabalhos foram escritos por geógrafos, em uma perspectiva internalista da ciência, a partir de uma ótica evolucionista e como se fossem memórias da Geografia e dos geógrafos, com um forte caráter enciclopédico.

Somente após a década de 1980 podemos falar no surgimento de uma historiografia do pensamento geográfico. Nesse caso vale ressaltar as incursões feitas por Moraes (1988, 1991) e Machado (1989, 1995, 1999).

A partir da década de 1990 é que, produto de transformações significativas em história da ciência no Brasil, a história da Geografia começou a tomar outros rumos, ainda sob a tutela de “pensamento geográfico”.

Apontando o anacronismo existente na historiografia anterior, o que se buscou fazer foi entender em que presente histórico dada sociedade produzia aquilo que, para aquele momento e para aquela sociedade, tinha validade como ciência.

Dessa forma, os marcos historiográficos sofrem um recuo que faz o século XIX aparecer rico de possibilidades nesse ramo de investigações. Exemplo dessa nova apreensão em história das ciências no Brasil são os trabalhos de Figuerôa (1997) e Lopes (1997), que tratam respectivamente da história da Geologia e da história dos Museus.

Em Geografia, por sua vez, o tratamento dado à área no Brasil está ainda vinculado à noção de pensamento geográfico. Nesse caso é preciso que se efetive uma mudança de mentalidade, em que a noção de pré-institucionalidade ou institucionalidade pré-científica seja superada e, ao mesmo tempo, a ciência geográfica passe a ser vista na moldura de seu tempo, sem anacronismos.

Nesse sentido, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro – SGRJ – pode possibilitar um estudo, uma investigação, que situe como ciência a Geografia que se produzia neste país em fins do século XIX e início do século XX. Até porque, como significativo

exemplo da historiografia em ciência geográfica no Brasil, a SGRJ só apareceu aos olhos da comunidade nas poucas páginas que lhe foram destinadas por Vlach (1988, p. 88-112) em sua dissertação de mestrado. Depois, com fôlego maior, mas ainda de modo bastante lacunar, vale ressaltar os trabalhos da argentina Zusman (1996, p. 106-142) e de Pereira (1997, p. 52-69).

Embora, diga-se de passagem, o estudo sobre sociedades geográficas ou instituições similares em outros países não seja recente, nem tão recente seja o enfoque inovador de vê-las como instituições científicas.

E esses estudos não são, como se poderia pensar, apenas sobre sociedades européias, eles tratam já de sociedades geográficas de países de passado colonial, como bem demonstram os estudos sobre países latino-americanos.

O estudo sobre a SGRJ inscreve-se pois, em três linhas de sustentação. A primeira relativa às mudanças em história da ciência – por seu tipo de problematização, sua periodização, seus aportes teóricos. A segunda nos estudos comparativos feitos sobre outras sociedades geográficas, em países periféricos ou naqueles considerados centrais. A terceira diz respeito à ausência de estudos mais profundos desse tipo na Geografia brasileira.

O intuito deste trabalho é discutir as mudanças ocorridas em história das ciências no último meio século para, a partir daí, tecer considerações sobre a história da Geografia no mundo e no Brasil e, em particular, poder discutir o papel das sociedades geográficas, com especial atenção para a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

## Um breve passeio pelos caminhos da história da ciência

A História da Ciência teve, desde o princípio, uma forte ligação com a realização de um certo projeto de modernidade que estava colado, de modo inextricável, com a formação dos Estados Nacionais e todos os antecedentes colonialistas europeus. Em princípio, em função de uma forte tradição epistemológica, a história das ciências se resumiu a investigar as mudanças ocorridas em seu interior no âmbito das transformações de seus paradigmas<sup>1</sup>.

Esta tradição internalista tinha como pressuposto fundamental o ideário de uma certa universalidade da ciência. Ou seja, onde quer que a ciência estivesse a se realizar, interessava que seguisse os mesmos parâmetros, utilizasse o mesmo conjunto de métodos e não por acaso pudesse chegar, cedo ou tarde, às mesmas respostas. Esta forma de pensar a história da ciência contribuiu para a disseminação de um certo *unicismo cientificista*, fortemente calcado na idéia de um progresso contínuo e contingente à própria ciência, além de destituído de quaisquer interferências externas à própria atividade da ciência em si<sup>2</sup>.

---

1. Neste sentido um exemplo é o trabalho de KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

2. “Esta historiografia básicamente internalista generó una visión totalmente idealizada de la evolución histórica de la ciencia moderna. Sobre todo, erigió en modelo universal tantos a los mecanismos específicos que siguió la práctica científica europea en

Uma perspectiva que pretendeu fazer ampla crítica ao internalismo foi a leitura externalista surgida a partir do anos 30 com base em uma historiografia marxista que tentava buscar no contexto em que a ciência era produzida os aportes necessários à sua compreensão histórica. Assim, a ciência passava a ser pensada a partir dos interesses econômicos de uma dada sociedade e, portanto, era a partir daí que se deveriam ler as transformações paradigmáticas ocorridas na ciência, como por exemplo o advento da física newtoniana perante o projeto da burguesia inglesa seiscentista (Saldaña, 1986, p. 66).

A crítica à visão externalista entretanto, a considerava mantenedora, em alguns aspectos fundamentais, da leitura internalista em história da ciência. Posto que a ciência que os externalistas buscavam analisar sob outro foco era a mesma ciência europeia de pretensões universalistas e logo imperialista; a partir disso, tornava-se também tributária de uma certa a-historização, ao abordar de maneira anacrônica o processo de constituição da ciência e, por fim, por seu caráter nomeadamente economicista (Saldaña, 1986, p. 67-69).

Rompendo em parte essa leitura e as bases de sua dicotomia, apareceu em 1967 o trabalho seminal de George Basalla onde ele propunha, ainda que de modo eurocentrista, a investigação em história da ciência em países não-europeus e de passado colonial. O modelo difusionista propunha a existência de três fases ou estágios, que iam desde o contato entre os países centrais produtores de ciência – *Western Science* – e os países de passado colonial, por meio de uma verdadeira devassa exploratória dos recursos dessas antigas colônias europeias e os contatos realizados entre os cientistas europeus e os ignaros nativos das colônias; em um segundo momento, formava-se um estreito contato entre cientistas europeus detentores únicos do saber-fazer ciência e alguns poucos cientistas locais, que a partir desse intercâmbio seriam formados de acordo com os cânones dessa ciência universal à europeia; por fim, o terceiro estágio pressupunha o alcance de uma independência científica dos países não-europeus e esses passariam, depois de toda essa história tutelar e aprendizado europeu, a ter uma ciência autônoma e independente<sup>3</sup>.

A nova historiografia em História Social da Ciência busca romper com essa leitura eurocentrista, propondo que antes de haver uma ciência a estudar existem na realidade comunidades científicas que a seu tempo, em seus países, a partir da conjuntura que viveram e sob as condições sociais, políticas e econômicas às quais estiveram submetidas local e internacionalmente, produziram um corpo de métodos, campos de investigação, objetos de pesquisa e verdades resultantes desses processos.

Uma primeira inversão pode ser pensada no âmbito da quebra do *modelo difusionista* de Basalla. Em vez de numa ciência universal passou a se pensar em uma *ciência-mundo*

---

su normalización y consolidación, como a la esquematización que de su evolución histórica hicieron los historiadores y filósofos de la ciencia ilustrados” (SALDAÑA, 1986, 60).

3. “Three overlapping phases or stages constitute my proposed model. During “phase 1” the nonscientific society or nation provides a source for European science. The word *nonscientific* refers to the absence of modern Western science and not to a lack of ancient, indigenous scientific thought of the sort to be found in China or India; *European*, as used hereafter in this article, means ‘Western European’. ‘Phase 2’ is marked by a period of colonial science, and ‘phase 3’ completes the process of transplantation with a struggle to achieve an independent scientific tradition (or culture)” (Basalla, 1967, p. 611).

em que se mudava a ótica de análise: em lugar de pensar como houve uma difusão científica da Europa em relação ao mundo buscar perceber como em cada lugar do mundo se organizaram e se institucionalizaram práticas científicas<sup>4</sup>. Embora o modelo de Basalla tenha sido muito usado e difundido no mundo inteiro para o estudo de casos locais, nomeadamente na Austrália, como bem demonstra Chambers (1993:605-606) quando arrola um sem-número de estudos sobre países não-europeus e demonstra os equívocos desse modelo linear, simétrico, seqüencial, a-histórico, eurocêntrico, etnocentrista e imperialista.

Nas duas últimas décadas, alguns estudos de caso em países não-europeus passaram a demonstrar que muito daquilo que se convencionou pensar que havia sido originado na Europa teve seu berço em países de passado colonial bem distantes do *centro do mundo*. Isso implicaria dizer que em todo mundo, mas não do mesmo modo, do século XVI para cá, se produziu ciência e, claro, não uma só e mesma ciência, mas aquilo que à época, naquele presente histórico, em uma certa conjuntura, podia se convencionar como sendo ciência no mundo todo.

Desse modo, a nova historiografia propõe que para além do velho mundo há uma história da ciência a ser contada. A proposição de que houve ciência onde e quando sempre disseram não haver pressupõe por sua vez que a ruptura que precisa ser feita encontra seu principal óbice no âmbito ideológico – é preciso convencer os outros de que a ciência que se busca historiar não é a mesma em voga nos dias de hoje, seja por suas instituições, seus métodos, seus objetos ou seus problemas. Por isso mesmo, podemos até dizer que a historiografia atual age sob dois prismas – um histórico e outro epistemológico –, porque, no caso, não apenas é uma outra a história que se deseja compreender, mas também o é uma outra ciência e não a que se institucionalizou em nosso *colonizado* modo de pensar.

## A história da ciência no Brasil

A história da ciência no Brasil seguiu a mesma trilha que nos demais países de passado colonial e por muito tempo realizou, a exemplo de outros países latino-americanos, o que Saldaña (1986) denominou historiografia mimética. Mimética porque os estudos partiam dos mesmos modelos historiográficos europeus, para analisar as diferentes realidades, comunidades científicas e instituições locais.

Essa forma de ver as coisas acabou por criar um conjunto de preconceitos historiográficos, erigindo uma espécie de interdição acerca do modo de fazer história da ciência entre nós. Não por acaso, segundo Figuerôa (1997) e Lopes (1997), os obstáculos ideológicos e conceituais são os mais difíceis de demover diante de uma tradição historiográfica

---

4. “D’une part, il y a l’étude des mécanismes de diffusion et de mondialisation de la science européenne, du point de vue du centre impérial ou diffuseur. Ici, les travaux qui concernent le développement de la science en Espagne font état de cette question dans le cadre de ses rapports métropole et territoires coloniaux d’outremer. D’autre part, il y a l’étude des mécanismes d’importation de connaissances, de personnes et des institutions, et de formation et d’organisation d’une pratique scientifique locale du point de vue local” (Polanco, 1989, p. 19).

que “nunca entendeu o que fazem até hoje aquelas múmias egípcias tão controvertidas no Museu Nacional” (Lopes, 1997, p. 70).

A organização de um discurso e de seus muitos silêncios entre nós fizeram circular erros ou desconhecimentos sistemáticos (Foucault, 1985, p. 17) ou invisibilidades ou equívocos muito consistentes. Poderia se dizer que a tarefa de rompimento dessa interdição é quase a de fazer as múmias egípcias do Museu Nacional falarem. Ou como dizem tão bem Lafuente e Saldaña (1987, p. 2):

“Acaso pode ser interessante o estudo da atividade científica no Japão do século XIX, na Austrália do século XX ou em qualquer etapa da história do Brasil? Estas perguntas careciam de sentido não faz muito tempo, pois a suposta ausência destes países no *main stream* científico ‘mundial’ não merecia maior atenção: como se conhecia a resposta, para que a pergunta?” [tradução nossa].

Essa tradição historiográfica pode ser muito bem percebida nos estudos organizados por sociólogos como Azevedo (1955) e Schwartzmann (1979). Ambos trabalham a partir dos mesmos parâmetros de análise e chegam a resultados muito similares. Inicialmente, porque o fato de ambos serem sociólogos já expõe uma característica dessa *vetusta historiografia* – ela era feita por não-historiadores. A marca memorialística dessa historiografia caracterizou-se por constituir-se a partir de uma série de depoimentos particulares e disciplinares, factuais e lineares, conjugando o heroísmo pessoal dos grandes sábios com o inelutável insucesso a que estava fadada a ciência em um país sem instituições como aquelas existentes na Europa e nos Estados Unidos. Não por acaso esses estudos chegam à mesma conclusão: a ciência só podia florescer entre nós quando houvesse um conjunto de instituições de fomento e pesquisa onde fossem formados pesquisadores com base nos parâmetros científicos dos países centrais, integrando o País em uma ampla rede de avaliação, recompensas e comendas; somente assim poderia haver ciência na periferia do capitalismo.

A partir desse conjunto de conclusões muito bem montadas a interdição se estabelecia. Só se poderia pensar em uma história da ciência no Brasil a partir do momento em que houve ciência no Brasil. Para a  *mumificação historiográfica*, então, os marcos passaram a se situar, no máximo, na transição entre os séculos XIX e XX e em instituições de pesquisa microbiológica (Figueirôa, 1998, p. 107), ou somente de maneira plena a partir de instituições como a Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) em 1951.

O trabalho de Azevedo (1955) imputa à nossa herança ibérica uma forte tradição escolástica, responsável mais que direta por nosso atraso no âmbito das ciências modernas. Além desse entrave, a história da ciência anterior aos novecentos é uma série de histórias de sucesso pessoal, “exceções tanto mais honrosas quanto mais raras” (Azevedo, 1955, p. 37), para provar o quanto o fracasso era um destino manifesto enquanto não fosse seguido o exemplo dos países europeus produtores de ciência.

“Nenhum esforço se registrou, da parte dos governos, no sentido de orientar a política educacional em uma nova direção e reorganizar o sistema escolar, de alto a baixo, no conjunto de suas instituições, para incluir no brasileiro o espírito crítico e de investigação, arrefecer-lhe o entusiasmo pela palavra, fácil e sonora, o encanto pela forma como um fim em si mesmo, esse gosto verdadeiramente físico pela improvisação e pelo diletantismo, quebrar-lhe na mão a arma da retórica e dardejear sobre a cultura nascente o ritual dos conjuntos contra o demônio verbal ...” (Azevedo, 1955, p. 42).

Para Schwartzmann (1979), na esteira desse mesmo discurso teríamos vivido uma espécie de repetidas histórias fracassadas; embora houvesse um profundo otimismo nacional, éramos, como Sísifo, amaldiçoados por nosso passado colonial português, fadados a começar sempre na base da montanha e nunca conseguirmos rolar a pedra da ciência até o ápice. “Vista na perspectiva de seu passado de cultura ibérica e tradição escolástica, a sociedade brasileira tenderia normalmente a resistir ao influxo do novo espírito científico” (Schwartzmann, 1979, p. 9).

Poderíamos dizer, reforçando a posição (Chambers, 1993, p. 106), que Schwartzmann seguiu o modelo de Basalla. Até porque as propostas relativas à institucionalização da ciência no Brasil seguem os seis elementos ou passos necessários para a criação de uma tradição independente em ciência apontados por Basalla (1967, p. 617), os quais passam fundamentalmente pela formação de uma comunidade científica nacional que faça ciência nos moldes europeus e seja aceita na comunidade científica internacional. E o alcance dessas metas só ocorre com a formação de instituições científicas profissionais voltadas para esse fim, educação em todos os níveis, política de financiamento público e atração de capitais privados, intercâmbio permanente e uso de técnicas, modelos e métodos “universalmente” aceitos.

Nessa mesma esteira, poderíamos situar o também basalliano trabalho de Stephan (1976) *Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. A autora, embora recue para 1900 o surgimento de uma possível tradição científica no Brasil, baseada na microbiologia e no caso heróico de Oswaldo Cruz, que conseguiu aliar ciência e política, não consegue fugir à leitura feita por Fernando de Azevedo e, no último capítulo do livro, o oitavo, desfia um rosário de receitas para que o Brasil possa ser cientificamente desenvolvido.

*História das ciências no Brasil*, obra publicada em três volumes, organizada por Ferri e Motoyama (1979), mantém a mesma estrutura dos trabalhos realizados anteriormente e se assenta, como os demais, no memorial científico que os mais renomados especialistas fazem de suas áreas. As conclusões, nessa perspectiva, acabam não sendo muito diferentes e encerram por reforçar a interdição historiográfica para a realização de uma história da ciência no Brasil anterior ao último decênio dos oitocentos. Assim, já no primeiro parágrafo da introdução da obra dizem seus organizadores que

“Nos últimos anos o desenvolvimento quantitativo da cultura científica em nosso País tem sido deveras notável. De um País em que não existia, praticamente, nenhuma atividade científica no início do século, passamos a ter na década de [19]70 uma ampla atividade nesse campo, apoiada num complexo Sistema de Ciência e Tecnologia, sorvedouro de recursos nada desprezíveis, ...” (Ferri e Motoyama, 1979, p. 3).

Nas duas últimas décadas e mais nomeadamente no decênio final do século XX, a crítica a essa historiografia ganhou um forte impulso, qualificando-se por uma excepcional pesquisa de fontes e respaldada pela crítica à historiografia mimética. As investigações começaram a voltar suas atenções para períodos, instituições e problemas que antecedem os marcos da interdição historiográfica a que fomos submetidos.

A partir desses trabalhos se buscou fazer uma história da ciência que não fosse mais a história da ciência europeia entre nós, mas sim nossa própria história da ciência. Essa mudança de foco estabeleceu que onde a *velha jangada de pedras naufragou*, nas antigas colônias ibéricas e países latino-americanos, houve uma ciência que nada ficava a dever àquilo que se concebia como ciência à época no mundo ou que, posteriormente, em outros lugares desse mesmo mundo, a ciência produzida entre nós foi apropriada e designada como originária da zelosa *Mãe Europa*.

Nessa perspectiva, poderíamos citar alguns trabalhos: *As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934* (Figuerôa, 1997); *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX* (Lopes, 1997); *Ciência: um caso de política. As relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil-Império* (Domingues, 1996). Além desses, há, seguindo a mesma rota de uma história da ciência a partir da leitura do país, vários outros trabalhos, nomeadamente na área de História Social da Medicina.

A História da Geografia no Brasil não foge àquilo que foi a regra historiográfica para as demais ciências no país e padece, nesse sentido, das mesmas interdições conceituais e ideológicas.

## A história da Geografia no Brasil

O mais conhecido entre os que escreveram uma história da Geografia no país é José Veríssimo da Costa Pereira, responsável pelo capítulo “A Geografia no Brasil”, que compõe o primeiro volume da obra de Azevedo (1955, p. 349-460) *As ciências no Brasil*.

José Veríssimo situa o nascimento científico da Geografia no Brasil por volta dos anos 30 do século XX e em torno do Conselho Nacional de Geografia (CNG) e da Universidade de São Paulo e Universidade do Brasil, dando ao primeiro o título de “órgão oficial máximo da ciência geográfica no país”. Destaca entre outras coisas uma fase fortemente marcada pela influência das ciências matemáticas, físicas e naturais na geografia brasileira, que vai até a primeira década do século XX e estaria soldada pela forte influência da

leitura de naturalistas estrangeiros. Após esse período destaca mudanças metodológicas decorrentes da influência da sociologia, da história, da economia e da estatística.

Entre as afirmações feitas por José Veríssimo Pereira, duas são merecedoras de nota. A primeira relativa ao fato de que se não havia geografia-ciência na Europa como ela poderia então existir aqui, quando o nascedouro natural das ciências era o velho mundo?<sup>5</sup> A segunda afirmação, derivada da primeira, estabelece então como marco para a história de uma “geografia-ciência” nossa dependência em relação à Europa, posto que só podíamos ter esse tipo de ciência entre nós depois que os europeus dessem a ela tal estatuto, coisa que só ocorreria no último quartel do século XIX e, *como rezam por aí que nossos atrasos são de uns cinqüenta anos*, então a “geografia-ciência” só desembarcaria aqui depois de passadas as três primeiras décadas do século XX.

“Em consonância com os princípios geográficos gerais estabelecidos pelos fundadores da nova ciência, princípios, aliás, refundidos e ampliados pelos grandes mestres que se lhes seguiram, os estudiosos da geografia no Brasil, em sua maior parte, não puderam até o terceiro decênio do século atual realizar pesquisas, bem assim elaborar e apresentar trabalhos à altura dos requisitos exigidos pelo importante ramo do saber humano. Imbuídos pelo espírito da geografia, mas não realmente penetrados de ciência, aos diletantes brasileiros faltou, por infelicidade, uma boa formação geográfica” (Pereira, 1955, p. 436).

O que se viu em história da Geografia depois deste trabalho de José Veríssimo Pereira foi a repetição fiel de nosso débito para com os geógrafos europeus e uma novíssima certidão científica de nascimento de menos de um século. Petrone (1979, p. 303-330), em seu “Geografia humana”, diz com todas as letras que “uma importante modificação que se verificou a partir da década de 1930 foi a criação da Geografia científica no País,...” (1979, p. 314). Andrade (1982, p. 181-201) reforça essa mesma idéia em “O Pensamento geográfico e a realidade Brasileira”, em um livro organizado por Milton Santos com o título *Novos Rumos da Geografia brasileira*. Essa tradição em história da geografia pode ser encontrada ainda nos trabalhos de Ab’Saber e Christofolletti (1979) e no trabalho de Monteiro (1980).

Em todos esses *historiadores*, entretanto, há uma marca em comum: todos são geógrafos que trabalham ou trabalharam em diversas especialidades geográficas, que vão da Climatologia à Geografia Econômica, passando pela Geomorfologia e pela Geografia da População; nenhum deles fez outra história que não fosse uma espécie de memória dessa ciência no Brasil.

Sobre esses autores e sua tradição Machado (1995, p. 314) diz que

---

5. “... não seria de esperar que, antes do começo do século XIX, se pudesse ter no Brasil uma geografia-ciência. Além de não existirem no país condições de receptividade científica, a geografia, na Europa, arrastava-se ao sabor de flutuações conceituais e metodológicas” (Pereira, 1955, p. 350).

“De maneira geral, os autores compartilham uma ‘reconstrução internalista do ‘progresso geográfico’, e a consideração de seu passado como pré-científico (Capel, 1981; Livingstone, 1984). As tentativas de contextualização das idéias geográficas e das idéias sobre a geografia do país (Berdoulay, 1981b) se restringem ao período considerado como o da ‘geografia moderna’, ou seja, pós-1930”.

Somente após a década de 1980 é que se começou a falar em um história do pensamento geográfico no Brasil, como forma de driblar essa tradição memorialística para estabelecer uma leitura da história social das idéias geográficas.

“Por pensamento geográfico entende-se um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da formação cultural de um povo. Nesse entendimento, os temas geográficos distribuem-se pelos variados quadrantes do universo da cultura. Eles emergem em diferentes contextos discursivos, na imprensa, na literatura, no pensamento político, na ensaística, na pesquisa científica etc.” (Moraes, 1988, p. 32).

Poder-se-ia dizer que esta nova perspectiva encontrou no trabalho intelectual de Antonio Carlos Robert Moraes e Lia Osório Machado as possibilidades de ruptura com a história internalista anterior a eles. Entretanto, por sua vez, acabou por propor, de outro modo, que um conjunto de idéias e práticas consideradas geográficas tinham de ser analisadas a partir da obra de diversos intelectuais não necessariamente geógrafos, considerando sua ação política material e simbólica (Moraes, 1988, p. 32-33) ou a maneira como certas matrizes científicas foram apropriadas e produzidas de modo diferente entre nós (Machado, 1995, p. 346).

Nesse sentido talvez seja necessário estabelecer a necessidade de uma história da geografia no Brasil, considerando como geógrafos e instituições científicas aqueles que, em função de não haver aqui uma *geografia-ciência*, foram vistos como *esforçados diletantes* e compoendo associações folhetinescas.

### As sociedades geográficas: contexto e características

As sociedades de geografia são instituições do século XIX e estão ligadas de modo inextricável à ação colonialista e imperialista ocorrida durante esse período, mais marcadamente ainda entre o último quartel dos oitocentos e as duas décadas iniciais do século XX, com forte predominância européia e entre os europeus com marcada hegemonia da França, Alemanha e Inglaterra. Como bem diz Freeman (1985, p. 19) sobre o papel da Royal Geographical Society, “conocer el mundo y hacer mapas de él eram claramente responsabilidades de la RGS.”

A primeira dessas sociedades foi fundada em 1821 em Paris, seguida pela de Berlim em 1828 e a de Londres em 1830. As primeiras entre as latino-americanas foram a do México, em 1833, e a do Brasil, em 1838. Entretanto, embora o surgimento desse tipo de instituição tenha sido lento em seus cinquenta anos iniciais (1820-1870), pode-se dizer que nos anos subseqüentes elas cresceram de modo vertiginoso, principalmente no período que vai de 1870 a 1914<sup>6</sup>, por coincidência o mesmo apontado por Hobsbawn como aquele em que se dá o surgimento dos Estados nacionais em escala planetária. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que as sociedades estão associadas a dois fenômenos inseparáveis: o imperialismo europeu e a conformação do mundo a partir de recortes territoriais nacionais.

Por outro lado, as sociedades geográficas abrigam os mais diferentes tipos de interesse imperialista. Lá estão comerciantes preocupados em abrir novos mercados, engenheiros militares interessados na posse de novos territórios, cientistas ávidos por catalogar as novas maravilhas do mundo. Brincando, poderíamos dizer que as sociedades geográficas eram *escolas de ciências da pilhagem*, onde, como diz Obregón (1992, p. 193) falando sobre a Sociedad Geográfica de Colômbia, “ciencia, aventura y negocios se confundían en forma indiscriminada.”

Essa diversidade “profissional” está expressa de modo bastante interessante na composição dos sócios e nas subvenções que dão sustentação financeira a essas instituições. Seu caráter é, na maioria dos casos, nomeadamente privado, posto que são as contribuições de seus sócios que lhes garantem continuidade, entretanto só aquelas que conseguem subvenção estatal conseguem realizar projetos de grande porte.

Outra das evidências relacionadas ao papel colonialista das sociedades geográficas está na organização interna de suas atividades. As primeiras seções de trabalho que as conformam são geralmente de matemática, física, etnografia e estatística. Não por acaso estas seções têm por pressuposto mapear os lugares esquadrihados de todas as formas, fazer um amplo levantamento dos recursos naturais existentes, estudar os povos “bárbaros” em seus hábitos, de modo a poder controlar com eficácia as populações nativas para então “civilizá-las” e compor quadros estatísticos que ofereçam um panorama o mais completo possível dos lugares que se deseja apropriar.

No âmbito da história das ciências, as sociedades representam, por sua vez, uma riquíssima possibilidade de investigação. Inicialmente, porque muitas das controvérsias científicas<sup>7</sup>, de mais de uma área do conhecimento, vão estar no seu interior. Controvérsias que vão desde o estabelecimento de autonomias disciplinares até as questões relacionadas a problemas teóricos e metodológicos. Depois, em uma época em que as instituições científicas como um todo estavam adquirindo novas formas, para vir depois a conformar

---

6. Segundo Capel (1981, 183) entre 1821 e 1878 foram criadas cerca de 50 sociedades geográficas, já em 1885 existiam 94 delas, em 1897 elas eram 107. A maioria dessas sociedades, membros associados e revistas, é claro, estavam na Europa (cerca de 85%).

7. “Vamos dos produtos finais à produção de objetos estáveis e ‘frios’ a objetos instáveis e mais ‘quentes’” (Latour, 2000, p. 39).

universidades e modernos institutos de pesquisa, foi nesse tipo de sociedade que funcionaram verdadeiras escolas, se constituíram redes de pesquisa, publicações de periódicos, guias de instrução para exploradores, dicionários geográficos, realização de congressos e amplos processos de difusão e propaganda ante a opinião pública<sup>8</sup>.

Depois as sociedades geográficas européias e aquelas surgidas nos países de passado colonial, embora possam guardar muitas semelhanças, pois estas se espelham naquelas, guardam algumas diferenças importantes que é preciso assinalar. Entre essas diferenças poderíamos levantar que os interesses das sociedades geográficas não-européias estavam mais voltados para a clara delimitação das fronteiras dos Estados Nacionais, os quais haviam sido antigas colônias, como forma de assegurar a própria soberania e estabelecer um controle interno sobre as populações indígenas e os recursos naturais de que se podia dispor. Essa distinção entre sociedades geográficas européias e não-européias pode ser assim assinalada, *grosso modo*: no primeiro caso, um imperialismo externo que anexava novas possessões, um imperialismo interno que buscava garantir as possessões; no segundo, desses novos Estados nacionais.

Um estudo comparativo entre cinco sociedades geográficas latino-americanas, feito por López-Ocón (1996, p. 81), revela que entre elas as diferenças estão relacionadas à própria história local, que acaba definindo um campo de investigações particularizador; entretanto as semelhanças estão ligadas efetivamente à estrutura organizativa das sociedades geográficas e a um conjunto de atividades comuns na organização dos espaços dos Estados nacionais em construção, que vão da delimitação dos elementos físicos e culturais de cada território e sociedade até a criação de um forte sentimento de pertencimento na população que consubstanciava a nação.

Ademais, López-Ocón chama atenção para o fato de que as áreas exploradas eram, fundamentalmente, aquelas ainda desconhecidas, com interesse direto na delimitação de fronteiras, no conhecimento de suas potencialidades econômicas e estratégicas, bem como na regionalização interna do território. Por outro lado, à medida que essas áreas iam sendo “conhecidas”, as comunidades indígenas iam sendo destruídas e o seu saber ia sendo apropriado como patrimônio cultural da nação.

Um estudo de sociedades geográficas latino-americanas pode revelar como certos problemas apareceram colados de forma indissociável ao próprio processo de conformação da nação e, entre as peculiaridades conjunturais a que estava submetida cada sociedade, em meio aos recursos naturais e culturais dos quais dispunha. Em outras palavras, pode-se dizer que a história das sociedades geográficas serve muito bem para ilustrar ou ser fio condutor de uma investigação sobre histórias nacionais. E, claro, como uma histó-

---

8. “En la ciencia contemporánea los congresos especializados y las revistas científicas constituyen los lugares en los que esta discusión comunal se realiza. Su existencia es una prueba de la vitalidad de una disciplina y un requisito indispensable para su crecimiento. El estudio de la historia del pensamiento geográfico no puede realizarse sin aludir a estas estructuras organizativas que, además de contribuir a la difusión y contratación de las ideas científicas, son también ocasión para crear y afianzar prestigios profesionales y, en muchos casos, un excelente mercado de trabajo” (Capel, 1981, p. 207).

ria social da ciência pode revelar, por dentro das controvérsias, quais eram as principais questões científicas, pelo menos no âmbito da Geografia, naquele contexto histórico.

Até porque, entre outras coisas, as sociedades geográficas de países periféricos buscavam ser reconhecidas a nível internacional como produtoras do conhecimento cumulativo da ciência e ao mesmo tempo obter compensações de todo tipo por tal reconhecimento. Isto se dava a partir da participação em congressos internacionais, da permuta das publicações e da correspondência entre os membros das sociedades (López-Ocón, 1996, p. 83).

### A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: entre o Império e a República

A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), a exemplo do que expõe López-Ocón em seu estudo sobre sociedades geográficas latino-americanas, embora tivesse a denominação da capital do país, era, na realidade, uma sociedade de caráter nacional. Essa evidência pode ser revelada pelos congressos realizados pela SGRJ a partir de 1909 em várias cidades brasileiras e no fato de, ao mudar de nome em 1946, passar a chamar-se Sociedade Brasileira de Geografia – SBG.

O fato de ser fundada em 1883 revela outros aspectos de significação bastante importante, no âmbito daquilo que deveria ser uma sociedade de Geografia de caráter nacional. Em princípio porque uma sociedade, o IHGB inclusive tida como uma das cinco primeiras do mundo, a segunda a surgir em países latino-americanas e a quarta em subvenções estatais do planeta no século XIX, fundado em 1838, aparece aos olhos de um sem-número de estudiosos como Freeman (1961) e Capel (1981), como sendo a congênere mais conhecida e importante no Brasil de tantas quantas houvesse espalhadas pelo mundo. Por outro lado, se o problema era a forte tendência do IHGB para as investigações em História, já havia no país uma filial da Sociedade Geográfica de Lisboa que era estritamente geográfica.

Em nossas leituras da literatura estrangeira sobre o assunto, por exemplo, fora a argentina Zusman, que fez sua dissertação no Brasil, ninguém cita a SGRJ. E nos estatutos de fundação da própria SGRJ, embora se diga com todas as letras que se deseja uma sociedade voltada somente para a Geografia e inteiramente nacional<sup>9</sup>, nos parece que o surgimento da SGRJ não foi proporcionado nem por uma coisa nem por outra somente, mas quem sabe pelas transformações por que passava a noção de Geografia e de estar se gestando um outro país.

---

9. “O Instituto Historico Geographico e Ethnographico Brasileiro, que acha installado n’esta côrte desde o anno de 1838, muito tem cooperado para a elucidação de differentes assumptos concernentes á geographia do imperio; porém a complexidade dos seus fins, e principalmente a maior concentração da sua atividade nos estudos historicos deixam manifesta a conveniencia de se confiarem aquelles assumptos a uma associação especial, que d’elles cogite expressamente. A secção da Sociedade de Geographia de Lisbôa, installada em 1878 n’esta côrte, como filial d’aquella capital, preencheria por si plenamente os fins acima expostos, si não subsistisse a circumstancia de ser apenas uma secção da Sociedade de Geographia de Lisbôa” (BSGRJ, Ano I, Tomo I, n. I, 1885, p. 3-4).

Os estudos até hoje feitos sobre a SGRJ, além de bastante preliminares, apontam quase todos para as muitas semelhanças encontradas entre a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Semelhanças que vão desde a relação com o imperador, passando pela estruturação interna até a eleição dos problemas de que a Geografia deveria tratar e o modo de abordá-los (Vlach, 1988; Zusamn, 1996; Pereira, 1997)

Entretanto, a SGRJ surgiu em um momento em que houve uma verdadeira explosão de sociedades desse tipo no mundo, às vésperas da proclamação de uma República no único Império dos trópicos, depois de já se haverem realizado congressos internacionais de Geografia e de os ramos científicos terem conseguido estabelecer campos científicos e corpos de métodos mais precisos.

Fox (1980, p. 246-247), por exemplo, ao analisar as mudanças ocorridas entre o antigo regime e a ascensão da burguesia na França, aponta para algumas diferenças importantes entre as antigas Academias Reais e as Sociedades Savants, que refletiam na composição dos sócios, em sua estrutura interna e nos modos de organização do trabalho as transformações por que havia passado a sociedade francesa.

Um exame mais acurado dos estatutos do IHGB e da SGRJ pode revelar que, embora pequenas, algumas diferenças são bem relevantes. Bastaria, para isso, pensar nos subsídios recebidos por ambas, nos fatos de os Congressos Brasileiros de Geografia serem uma marca da SGRJ, de a própria SGRJ ter na organização de suas assembléias internas sofrido uma maior democratização e de a identidade ideológica dos sócios não ser a mesma, como nos afiança Zusman (1996, p. 121):

“Dentro da SGRJ pode-se constatar a convivência de sujeitos de diferentes tendências ideológicas. Assim encontramos entres seus sócios fiéis defensores do regalismo como Franklin Américo Menezes, Escragnole de Taunay, republicanos como Julio Borges Diniz, partidários do liberalismo como Carlos Leôncio de Carvalho e Tristão de Araripe”.

Em várias pesquisas recentes no Brasil, já se apontou para o fato de que a própria noção de natureza mudava em fins do século XIX, como metamorfoseava-se celeremente aquilo que culturalmente viria a caracterizar a nação, isso para não esquecermos que um sem-número de regionalizações e o mapeamento de áreas ainda não completamente anexadas ao território brasileiro careciam ser feitas. Não por acaso, boa parte dos primeiros artigos do boletim da sociedade e notícias das explorações feitas em território brasileiro pela SGRJ tratam com elevado interesse das bacias fluviais do Amazonas e do Prata.

Outra importante leitura a ser feita diz respeito ao próprio modo como, de dentro da Sociedade de Geografia e suas comissões científicas, é possível perceber o modo como as disciplinas científicas foram se tornando autônomas, consolidando campos próprios e estabelecendo outras formas de institucionalização profissional, como propõe Capel (1989):

“The evolution of the names of the branches of knowledge reflects the trials and changes in the evolution of science. The first thing that strikes us is the large number of branches which appeared in the luxuriant trees of earlier classifications of the sciences, but which today are not recognized as such”.

Até porque, à medida que vai se consolidando a institucionalização da Geografia como campo científico autônomo, o maior número de membros das sociedades geográficas passa a ser de professores e docentes das universidades (Capel, 1981, p. 186). No Brasil, a SGRJ antecedeu àquilo a que se convencionou chamar mimeticamente de institucionalização da Geografia no Brasil, e muitos de seus membros mais destacados, como é o caso de Delgado de Carvalho, tornaram-se catedráticos nas Universidades criadas nos anos de 30. O declínio das sociedades geográficas, em muitos casos no mundo, coincide com o surgimento dessa institucionalização universitária, como asseveram Freeman (1961, 1985), Capel (1981, 1989) e Vlach (1988).

Os caminhos até agora percorridos no tocante à análise da SGRJ quase deixaram de fora o que seja talvez uma das mais importantes fontes de pesquisa acerca dessa sociedade, que são os Anais dos Congressos Brasileiros de Geografia. Poucos se reportam a eles e ainda assim de forma muito superficial. Entretanto, nos Congressos é possível saber quem foram os delegados (origem, profissão etc.), os temas das seções científicas e os trabalhos nelas apresentados, as resoluções tomadas, as exposições que ocorreram durante o evento, os subsídios que garantiram sua realização etc. Além disso, os Congressos podem revelar quais eram as principais polêmicas e controvérsias científicas na Geografia e áreas afins existentes à época no Brasil.

Para finalizar, uma pesquisa sobre a SGRJ pode nos proporcionar uma leitura desse Brasil que se esgrimia entre o antigo Império Tropical e a Primeira República, entre continuidades e rupturas, evidenciando a história da ciência geográfica como parte importante da história do país.

## Bibliografia

### *Livros e Artigos*

- AB’SABER, Aziz, e CHRISTOFOLETTI, Antonio. Geociências. In: FERRI, Mário e MOTOYAMA, Shozo. *História das Ciências no Brasil*. 3v. São Paulo: EDU/EDUSP, 1979, p. 117-238.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. In: SANTOS, Milton (org.) *Novos rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 181-201.
- AZEVEDO, Fernando de. *As ciências no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Melhoramentos, 1955.
- BASALLA, George. The spread of western science. *Science*, 156, p. 611-22, maio 1967.
- CAPEL, Horacio. *Ciencia y filosofia en la geografia contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.

- \_\_\_\_\_. The History of Science and the History of Scientific Disciplines: goal and branching of a research program in the history of geography. *Geocrítica*, n. 84, Universidad de Barcelona, 1989, 64 p. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. *O nascimento da ciência moderna e a América: o papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território*. Trad. Jorge Ulisses Guerra Villalobos. Maringá: Eduem, 1999.
- CHAMBERS, David W. Locality and Science: Myths of Centre and Periphery. In: LAFUENTE, Antonio, ELENA, Alberto, ORTEGA, Maria Luiza (org.). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madri: Doce Calles, 1993, p. 605-617.
- FERRI, Mário, MOTOYAMA, Shozo. *História das ciências no Brasil*. 3v. São Paulo: EDU/EDUSP, 1979.
- FIGUERÔA, Silvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). *ASCLEPIO – Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, vol. L – fascículo 2, p. 107-23, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOX, Robert. The Savant Confronts his peers: scientific societies in France, 1815-1914. In: FOX, Robert, WEIZ, George. *The organization of science and technology in france, 1808-1914*. Londres: Cambridge University Press, 1980.
- FREEMAN, T. W. *A hundred years of geography*. Londres: Gerald Duckworth, 1961.
- \_\_\_\_\_. La Royal Geographical Society y el Desarrollo de la Geografía. In: BROWN, E. H. (org.) *Geografía, pasado y futuro*. Fondo de Cultura Económica: México, 1985, p. 13-150.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos: desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- LAFUENTE, Antonio, SALDAÑA, Juan. Introdução. In: LAFUENTE, Antonio, SALDAÑA, Juan (org.) *Historia de las ciencias*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1987, p. 1-4).
- LAFUENTE, Antonio. La ciencia periférica y su especialidad historiográfica. In: SALDAÑA, Juan José (editor). *Actas del Simposio – Historia y Filosofía en la Ciencia en America do XI Congreso Interamericano de Filosofía*, Cuadernos de Quipu, Guadalajara, n. 1, p. 31-40, 1986.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: EdUNESP, 2000.
- LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- LÓPES-OCÓN, Leoncio. Les Sociétés de Géographie: un instrument de diffusion scientifique en Amérique latine au début du XX siècle (1900-1914). In: PETITJEAN, Patrick (org.) *Les sciences coloniales: figures et institutions*. v. 2. Paris: ORSTOM, 1996, p. 79-86.

- MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, os espaços vazios e a idéia de ordem. In: CASTRO, Iná Elias et alii. *Geografia conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p. 309-353.
- \_\_\_\_\_. Artificio Político en los origenes de la unidad territorial de Brésil. In: CAPEL, Horacio (org.). *Espacios Acotados. Geografía y dominación social*. Barcelona: Barcanova, 1989, p. 213-237.
- MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. *A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências*. Série Teses e Monografias, n. 37. São Paulo: Instituto de Geografia, USP, 1980.
- MORAES, A. C. Robert. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.
- OBREGÓN, Diana. *Sociedades científicas en Colombia: la invención de una tradición 1859-1936*. Bogotá: Banco de la República, 1992.
- PETRONE, Pasquale. Geografia Humana. In: FERRI, Mário, MOTOYAMA, Shozo. *História das Ciências no Brasil*. 3v. São Paulo: EDU/EDUSP, 1979, p. 303-330.
- PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A Geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando (org.). *As ciências no Brasil*. v. 1. São Paulo: Melhoramentos, 1955, p.(315-412).
- POLANCO, Xavier. Une Science-Monde: la mondialization de la Science Européenne et la Création de Traditions Scientifiques Locales. In: POLANCO, Xavier (dir.) *Naissance et développement de la science-monde*. Paris: Ed. La Découverte/UNESCO, 1989, p. 10-53.
- SALDAÑA, Juan. Marcos Conceptuales de la Historia de las Ciencias en Latinoamérica. Positivismo y Economicismo. In: SALDAÑA, Juan José (ed.). Actas del Simposio – Historia y Filosofía en la Ciencia en America do XI Congreso Interamericano de Filosofía. *Cuadernos de Quipu*, Guadalajara, n. 1, p. 57-80, 1986.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Rio de Janeiro: FINEP, 1979.
- STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Arte Nova/FIOCRUZ, 1976.

*Dissertações e teses*

- DOMINGUES, Heloísa Bertol. *Ciência: um caso de política. As relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil-Império*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1995 (Tese, doutorado em Ciências: História Social).
- PEREIRA, Sergio Luiz Nunes. *Geografias: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil, 1838-1922*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997, 107 p. (Dissertação, mestrado em Ciências: Geografia Humana).
- VLACH, Vânia Rúbia Farias. *A propósito do ensino de Geografia: em questão o nacionalismo patriótico*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Uni-

versidade de São Paulo, 1988, 206 p. (Dissertação, mestrado em Ciências: Geografia Humana).

ZUSMAN, Perla Brígida. *Sociedades geográficas na promoção do saber ao respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996, 209 p. (Dissertação, mestrado em Ciências: Geografia Humana).

*Documentos*

ANNAES do I Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. I. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1910. 274p.

BOLETIM da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Tomo I, n. 1 e 2. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1885. 189 p.

RESUMEN

Este artículo trata de los cambios en la historia de la ciencia y, en particular, visa proponer una otra lectura de la historia de la Geografía en Brasil.

PALABRAS-CLAVE

Historia – Ciencia – Geografía.

ABSTRACT

Cet article se rapport à les changements de perspective dans l'Histoire de la Science et à part, présente une autre lecture de l'Histoire de la Géographie au Brésil.

KEY WORDS

History – Science – Geography.

---

Recebido para publicação em 10 de junho de 2001.

